

FRAGMENTANDO O PARANÁ: O estudo de caso do Estado do Iguaçu

**Celma Faria de Souza Burille¹
Prof. Dr. Dennison de Oliveira²**

O objeto de reflexão presente nesse trabalho é parte da Introdução da Dissertação do Mestrado em História, do Programa de Mestrado da UFPR, cuja proposta é apresentar uma perspectiva histórica das memórias de sujeitos não protagonistas dos movimentos em defesa da criação do Estado do Iguaçu, emergentes nas décadas de 1960 e 1990.

O objeto é, inicialmente, analisar alguns projetos de criação de novos Estados brasileiros, na Câmara de Deputados, que discutem a possibilidade de formação de novas unidades federativas no país. Fontes com algumas propostas encontram-se publicadas em sites da própria Câmara e que foram utilizadas pela autora. A partir daí, a proposta é uma comparação desses projetos com o movimento separatista ocorrido no Estado do Paraná, no Sudoeste e Oeste, nas décadas de 1960 e 1990.

Nessa pesquisa, pretende-se dar visibilidade às ambiguidades e contradições desse movimento, percebida nas realidades vividas pela população de algumas cidades do Sudoeste, das memórias produzidas nesses *locus*, além de analisar documentos produzidos pelos principais atores dos acontecimentos e também de fontes jornalísticas regionais e estaduais, para uma discussão a partir das memórias das pessoas silenciadas, não ligadas certamente com a sustentação destes marcos na constituição do conhecimento sobre a região na história do Paraná e do Brasil.

A pesquisa pretende enfrentar alguns desafios para dar conta de pensar as idéias “separatistas” presentes no processo político e social em todo o Brasil e, mais especificamente, na região Sul do país. Para isso, será analisado como, em função desse movimento, aconteceram diversas tentativas de construção de uma identidade própria que diferenciasse essa região das demais regiões do Estado do Paraná e, ao mesmo tempo indagar as motivações ou os sentidos políticos em torno desse discurso da “homogeneidade identitária” da região, de um determinado grupo político.

¹ Mestranda em História pela UFPR. Professora/PDE-2008 - História, da Rede Pública Estadual do Paraná/Cascavel.

² Professor-Doutor Orientador do Mestrado em História, da UFPR.

Para além dessa abordagem, dar-se-á destaque ao “forjar identitário” de aspiração homogeneadora, que se percebe no interior dos dois momentos em relação ao movimento de criação do Estado do Iguazu, que demonstra que um grupo de políticos se colocou no papel de liderar no convencimento da população de toda uma extensa região, que englobava parte dos dois Estados, Paraná e Santa Catarina, com o objetivo de criar um novo núcleo federativo. Para isso, organizaram a candidatura de um representante para defender sua causa no Congresso Nacional, para deputado federal, em 1990, o líder Edi Siliprandi, e assim conseguir colocar em prática seus ideais e realizar o objetivo almejado.

O movimento separatista surgiu no início da década de 1960 e, em 21 de abril de 1968, foi criada a Sociedade Para o Desenvolvimento e Emancipação do Iguazu (SODEI), em Pato Branco, Sudoeste do Paraná. A entidade nasce com o objetivo claro de lutar por uma nova unidade federativa no sul do país, mesmo que isso levasse muito tempo.

Em Francisco Beltrão, cidade também da região Sudoeste, os políticos e população se posicionaram contra a criação do Estado do Iguazu desde o início. Alguns líderes separatistas afirmavam que era porque a cidade não foi incluída como capital e porque a sua população tinha uma grande rivalidade com Pato Branco e isso impedia que eles apoiassem o movimento.

As autoridades de Francisco Beltrão, inclusive, lideraram a criação da Associação dos Municípios dos Sudoeste do Paraná (AMSOP), em 1968, como reação ao movimento separatista.

A AMSOP desempenhou papel importante na unidade do Sudoeste, em clara rivalidade com os separatistas. Os prefeitos da região se uniram contra o movimento liderado por Edi Siliprandi.

Por outro lado, o movimento separatista acabou interrompido pela instituição do Ato Institucional nº. 05, de 1968, quando o Governo Militar proibiu reuniões e manifestações populares.

Nessa pesquisa, procurar-se-á também encontrar algumas respostas para essas hipóteses, pois no senso comum tem-se a convicção de que, sem a criação do Estado do Iguazu, a região não encontraria sua identidade, o seu desenvolvimento e características próprias. Esse grupo de políticos acreditava que, por serem os imigrantes dessa região majoritariamente gaúchos e paranaenses, se identificariam mais com sua região de

origem, o Rio Grande do Sul, desenvolvendo aqui uma cultura diferente das demais regiões do Estado. Porque demarcar a região seria fundamental para os imigrantes, uma vez que sua nova espacialidade marca a sua nova trajetória de vida.

Até porque a região é compreendida como um agrupamento de Estados ou Nação, próximos pelas suas características econômicas, políticas ou culturais e geográficas. De maneira geral, a região é uma divisão territorial, um espaço de civilização, um espaço vivido (ENCICLOPÉDIA EINAUDI, VOL. 08, 1986).

Além da importância da homogeneidade cultural, existe também o sentimento de pertencimento, de um ideal em comum, de uma “tradição”, mesmo que ela seja inventada.

A colonização do Sudoeste do Paraná foi feita, desde o início, por vias ilegais. As terras dessa região foram concedidas à CEFSPRG (Companhia de Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande) pelo Estado do Paraná, em troca da construção de estradas de ferro. A partir de 1930, o novo governador, general Mário Tourinho, constatou que o contrato não estava sendo cumprido pela companhia e anulou as concessões. Porém, a companhia não aceitou a decisão e entrou com recurso na justiça para retomar a posse dessas terras. Assim começou a disputa jurídica sobre a propriedade das terras do Sudoeste entre o Estado do Paraná e CEFSPRG, que duraria até a década de 1980, quando a questão judicial teve decisão final.

Entretanto, Getúlio Vargas não esperou a questão judicial se resolver e, através do decreto nº 12.417, de 12 de maio de 1943, criou a CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório) e deu início ao efetivo povoamento dessa região de fronteira.

O governo de Vargas – centralizado e autoritário - foi fundamental na política territorial e na forma de ocupação das regiões de fronteira, implementadas a partir de 1930.

Com seu projeto nacionalista, Vargas preocupava-se com os “vazios demográficos” e com as fronteiras brasileiras. E de forma intervencionista e autoritária criou cinco territórios federais de fronteiras e a ocupação desses “espaços vazios”. Apelou para o sentimento de brasilidade e convenceu o povo de que cada um tinha obrigação patriótica de cuidar desses espaços, numa “Marcha para o Oeste”.

Outro motivo alegado por Vargas para o povoamento dos “espaços vazios” era o interesse de países estrangeiros, como Argentina e Paraguai, que já haviam demonstrado cobiça por algumas regiões fronteiriças do sul do país. Isso representava um perigo à soberania nacional. Para impedir esses perigos, Vargas utilizou-se dos

meios de comunicação, sendo o principal deles o rádio, para alertar todos os brasileiros e convocá-los a participar efetivamente a fim de evitar isso.

As necessidades econômicas daquele momento, aliados à idéia de um futuro melhor, proporcionaram o engajamento das pessoas que acreditaram em um Brasil novo, mesmo em um regime autoritário, o Estado Novo.

Entretanto, alguns autores afirmam que a criação do TFI por Getúlio Vargas foi para atender interesses dos empresários e das colonizadoras gaúchas, uma vez que no Rio Grande do Sul as terras já estavam ocupadas até o seu limite. Para isso, era preciso tirar o controle do Estado da parte oeste e sudoeste do Paraná. O excedente populacional gaúcho deveria ser deslocado para ocupar essas regiões que encontravam-se despovoadas ainda.

A presença brasileira no oeste e sudoeste paranaense era tímida até a década de 1920, o que impedia o efetivo povoamento da região. O domínio argentino era evidente, através da produção do mate e da extração da madeira e trazendo produtos para os moradores locais consumirem. Segundo Wachowicz, a população do sudoeste do Paraná na primeira década do século XX era em torno de três mil habitantes. Em 1920, essa população havia dobrado, entre outros motivos, por causa da chegada de muitos foragidos da justiça de todas as regiões sul, de posseiros refugiados da Revolução Federalista, do Contestado, além de argentinos e paraguaios que adentravam a região em busca de erva mate. (WACHOWICZ, 1985, 68-69)

Porém, essa região era habitada pelos nativos e caboclos antes da década de 1940, mas de forma extensiva, com uma economia de subsistência, predominando a exploração de erva-mate e a criação de suínos. Já a partir de 1940, se deu de forma intensiva, com a ocupação da região sendo substituída pelos imigrantes gaúchos e catarinenses, descendentes de europeus.

A colonização no Sul do Brasil, organizada, planejada, subsidiada e dirigida pelo governo central, das províncias ou dos estados e dos municípios, estabeleceu os europeus, os colonos em pequenas propriedades rurais, que foram sendo cultivadas e exploradas, com mão-de-obra familiar, de forma diversificada.

As pessoas que vieram para essa região e receberam terras gratuitas da CANGO, a maioria era originária do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e estavam sendo expulsas de lá em função do excesso populacional. Isso por que:

A forte pressão demográfica dos ítalo-gaúchos promoveu o avanço de um processo de ocupação territorial que se estendeu por todo o norte do estado do Rio Grande do Sul, chegando a meados do século XX, ao sul e oeste catarinense, ao Paraná e, até mesmo, ultrapassando as fronteiras

nacionais (VANINI, 2003, p. 106).

Ao chegarem ao Sudoeste do Paraná, passaram a reproduzir “... ali uma agricultura mercantilizada com base na pequena produção familiar... Migrar para o Sudoeste significava lutar para sobreviver como pequeno produtor familiar” (GOMES, 1985, 10).

Como afirma Wachowicz, os administradores da CANGO, quando se instalaram na região, nem sabiam ao certo o tamanho de seu território, pois ela não foi demarcada, não sabiam “se abrangia ou não toda a Gleba Missões. O decreto de sua criação dizia que sua superfície não poderia ser inferior a 300 mil hectares, mas não estabelecia o limite máximo...” (WACHOWICZ, 1985, p.177-207).

Porém, como essas terras estavam sendo questionadas na justiça, os primeiros habitantes não podiam receber o título de propriedade definitiva.

Em 1951, a CITLA (Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.) chegou à região e, posteriormente, outras companhias particulares também chegaram se dizendo proprietárias das terras que os posseiros gaúchos e catarinenses haviam adquirido da Cango, e começaram os conflitos na região.

A questão jurídica que envolveu a região sudoeste se tornou muito complicada, nem mesmo os advogados mais entendidos conseguiam enxergar alguma saída ou solução viável ou legal. Todos tinham argumentos com respaldo legal e nenhuma das partes queria abrir mão de seus supostos direitos.

A década de 1950 foi de luta para os posseiros provar que tinham direito àquelas terras e que até poderiam pagar por elas, mas com o preço que consideravam justo, não os valores abusivos que as companhias queriam obrigá-los a pagar.

Os posseiros, abandonados à própria sorte, sem ajuda dos governos federal e estadual, resolveram pegar em armas para defender suas terras. A tomada de Francisco Beltrão, em 10 de outubro de 1957, foi o auge da luta dos camponeses, dos pequenos proprietários, dos posseiros contra os representantes do grande capital - e do qual o Estado era parte atuante - contra eles. Porém, essa não foi a única cidade que se levantou contra as arbitrariedades das colonizadoras. Os primeiros conflitos ocorreram em Capanema, Santo Antonio do Sudoeste, também em Dois Vizinhos, Verê e Pato Branco.

Os camponeses enfrentaram jagunços que representavam os grandes capitalistas, também interessados nas mesmas terras. Resistiram e se articularam para expulsá-los, para se estabelecerem ali definitivamente.

A Revolta dos Posseiros de 1957 foi um movimento vitorioso dos camponeses posseiros. E isso só foi possível porque as camadas mais pobres, os posseiros, se uniram contra as atrocidades dos jagunços contratados pelas colonizadoras e as de cima, os políticos e os capitalistas, se dividiram. Além disso, os comerciantes e os políticos locais, com seus interesses específicos, e que dependiam dos posseiros para sobreviver, se aliaram a eles contra a espoliação do grande capital, representado pelas companhias.

A Revolta dos Posseiros em 1957, de acordo com Bonamigo:

Constituiu-se numa luta para permanecer e viver na terra, assim como muitas outras na história da formação social brasileira... E, ao contrário da compreensão que identifica o campo como um lugar de atraso, permeado por credices e ilusões, o espaço do campo tem demonstrado, ao longo dos tempos, ser um espaço de luta, de conquistas, de constituição de movimento sociais potencializadores de perspectivas de vida e de trabalho. (BONAMIGO, 2007, 159)

Porém, da vitória até a legalização das terras do Sudoeste, levaram ainda alguns anos de incertezas, percorreu-se um longo caminho nas negociações com o governo federal, só resolvido em 1962, quando foi criado o GETSOP (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná), para legalizar aquelas terras.

É nesse contexto da demora em solucionar rapidamente a questão das terras do Sudoeste de forma definitiva que surgiu entre algumas lideranças dessa região a ideia de recuperar o Território do Iguaçu, mas agora em forma de Estado.

Mas as idéias separatistas estavam sendo discutidas, predominantemente na área urbana pelos políticos e comerciantes locais, sendo excluída dessa discussão a maioria da população, que era rural.

De acordo com os líderes do movimento separatista, a área proposta para o Estado do Iguaçu continuava basicamente a mesma do antigo Território Federal do Iguaçu - criado no ano de 1943, pelo presidente Getúlio Vargas e que teve vida curta, pois foi extinto em 1946. Com isso, eles pretendiam destacar outras questões históricas da região que a tornava diferente das outras do Estado, quais sejam, a Questão de Palmas (ou Missões), a Guerra do Contestado e também a Revolta dos Posseiros. Assim, o novo Estado teria o “poder simbólico” de resolver todos os problemas sócio-econômicos da região (ORTIZ, 2005).

Na busca de uma justificativa para a necessidade de os sujeitos construírem sua história e se identificarem com ela, transportamos o tema para a realidade local, para

refletir sobre a necessidade de uma identidade específica para o Sudoeste do Paraná e os interesses por trás desse movimento.

A busca identitária para o Paraná começou a existir nos anos de 1920, quando surgiu o movimento “paranista”, liderado por artistas, escritores e historiadores como Romário Martins, em torno da construção de uma identidade específica, na divulgação sua história e “inventando” tradições, acreditando no progresso, no desenvolvimento social e na modernidade. Porém a idéia paranista ficou mais centralizada na região próxima e na capital do Estado (BALHS, 2007).

O processo identitário “paranista” se intensificou em 1950, com as transformações, a aceleração do processo imigratório no interior do Estado, de ocupação de várias regiões por imigrantes de diversos lugares do Estado e de outros. No Sudoeste do Estado, esse sentimento toma grandes proporções com a Revolta dos Posseiros do Sudoeste, onde toda uma população revoltada expulsou os representantes do grande capital, que desejavam tomar suas terras, através das empresas colonizadoras particulares e na atuação violenta dos seus jagunços.

O movimento separatista só retornou com a democracia, em meados dos anos 1980 e se intensificou no início dos anos de 1990, com outros personagens e outros objetivos, porém com o mesmo líder principal, Edi Siliprandi. Os movimentos representaram dois momentos que têm ligação entre si, na medida em que tinham como objetivo primordial a criação de um novo Estado no Sul – o Estado do Iguaçu. Porém, os dois movimentos se diferem, pois ocorreram em momentos políticos diferentes. Na década de 1990, a situação econômica, social e política era outra, completamente diferente do final da década de 1960.

Esse movimento separatista agregou interesses políticos de inúmeros grupos, mas não chegou à população de imediato e nem agradou a maioria dela. Apesar da insatisfação popular em relação ao abandono da região, tanto pelo governo federal quanto estadual, as pesquisas demonstram que a população não apoiou de imediato e totalmente o projeto, mesmo com grande presença de caravanas da região em Brasília, levadas pelos líderes do movimento Pró-Estado do Iguaçu, na época da votação da Lei 141/91, de autoria do deputado federal paranaense Edi Siliprandi.

Porque estavam no lado oposto dos governantes e sem receber a devida atenção por parte dessas autoridades, seu grupo político, com grandes interesses econômicos na região, já que eram proprietários de grandes áreas de terras e grandes comerciantes,

resolveram incentivar o sentimento de uma identidade específica da região, através do movimento separatista, para conseguir realizar seus objetivos, conseguindo importantes cargos nas esferas estaduais e municipais.

Houve uma evidente organização do grupo separatista, composto por políticos da região sudoeste e oeste paranaense. O gaúcho agora radicado em Cascavel, oeste do Paraná, Edi Siliprandi foi eleito deputado federal em 1989 e, em 28 de novembro de 1991, deu entrada na Câmara Federal o projeto que propunha a realização de plebiscito para a criação do Estado do Iguazu. Até a sua votação, os políticos aliados da região fizeram campanha em todo o Paraná para conseguir apoio. Mas o projeto foi rejeitado por 117 votos contra, 90 a favor e 13 abstenções, em 31 de março de 1993, depois de ter sido retirado da pauta no ano anterior, pelo próprio deputado Edi Siliprandi. Com essa derrota, os envolvidos na questão da criação do novo estado acreditavam que muitos deputados que votaram “não” ao PDL-141/91, o fizeram apenas por obrigação. Mas depois de anos de luta tidas como inglórias, não conseguindo convencer com sua proposta separatista, o movimento arrefeceu.

A imprensa regional teve papel importante e se dividiu em relação ao tema. Na Gazeta do Sudoeste, de Pato Branco, um ano antes do Projeto de Lei 141/91 ser votado em Brasília, o vereador daquela cidade, Nereu Faustino Ceni já discutia a preocupação sobre o mesmo. Pedia ao deputado federal Edi Siliprandi informações sobre o referido projeto, já que a criação do Estado do Iguazu era:

“... uma bandeira que atrai e causa contrariedade junto ao povo sudoestino, especialmente a nós, pato-branquenses”. Para Ceni, caso venha a ser aprovado “o Estado do Iguazu causará inúmeras alterações na vida do nosso povo, sendo dever da Câmara estar bem informada sobre as quantas anda o referido projeto de lei junto a instancia decisória da questão (GAZETA DO SUDOESTE, 24-11-91, p.6)”.

No Jornal Correio do Paraná, de Pato Branco, o editorial apoiava claramente o movimento:

O Movimento Pró-Criação do Estado do Iguazu é absolutamente apolítico, e como tal acima de todas as cores partidárias. Não é também um movimento contra quem quer que seja e muito menos contra os Estados do Paraná e Santa Catarina. É uma manifestação legítima a favor do restabelecimento do antigo território do Iguazu, na condição de um novo Estado da Federação (CORREIO DO PARANÁ, 28-11-91, p.2).

Para o jornal, era natural a região reivindicar o Estado do Iguazu, já que também afirmava o total apoio da população em todas as cidades do Sudoeste e Oeste do Paraná.

Nos jornais de Francisco Beltrão, não houve grandes manifestações. Algumas reportagens onde colocavam ora contra ora a favor da votação da Lei 141/91 na Câmara

dos Deputados e sobre a derrota da mesma. Percebe-se que a imprensa de Francisco Beltrão não se decidia a apoiar abertamente, mas nos meses imediatamente anterior à votação provocava sobre a não participação mais efetiva da maior cidade do Sudoeste do Paraná.

Na Gazeta do Povo, edição do dia 28 de março de 1993, numa matéria sem assinatura, intitulada “Meta seria uma nova nação”, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina adverte:

Ao analisar o projeto de separação intentado pelo deputado Edi Siliprandi (...) em estudo realizado com a participação dos principais historiadores catarinenses, a entidade analisou a formação histórica do território meridional do Brasil, para negar qualquer legitimidade a uma eventual separação da “Região do Iguazu” (...) os separatistas que querem criar um novo estado, e os separatistas que querem criar uma nova nação, são gêmeos, professam a mesma ideologia – anunciando uma nova terra de promessa – e desejam a ruptura da unidade nacional. (GAZETA DO POVO, 28-03-93)

Esse era outro argumento daqueles que eram contra a divisão do Paraná. O então deputado estadual Aníbal Khury, presidente da Assembléia Estadual do Paraná, liderava o movimento “Paraná Indivisível”, que produziu e espalhou cartazes, livretos, anúncios e uma grande cobertura na imprensa. Esse movimento argumentava que a criação de um novo Estado no Sul seria a porta de entrada para deflagrar outro movimento ainda mais temeroso para o Brasil, a criação de uma nova Nação, que uniria os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e parte do Mato Grosso do Sul. Para Khury, “mexendo em fronteiras centenárias (...), significa instilar o veneno do separatismo, hoje presente perigosamente, em muitas discussões na Região Sul” (LALA, 1993, 133).

A pesquisa baseou-se em bibliografia referente aos movimentos “separatistas” que ocorreram na região Sudoeste do Paraná, na problematização das noções historiográficas e memorialísticas regionais que afirmam a existência de uma identidade própria da região. Baseou-se também na produção e organização de algumas fontes documentais, jornalísticas e também orais, numa perspectiva crítica de contraposição de diferentes memórias sobre o processo dos movimentos “separatistas” que ocorreram no Sudoeste do Paraná entre essas décadas. Para além dessa discussão, procurou-se evidenciar as relações existentes entre as memórias dominantes ligadas aos movimentos e o conjunto da experiência social dos demais moradores. Houve também a preocupação na identificação da participação popular no movimento, a partir das memórias produzidas pelos sujeitos não protagonistas de algumas cidades da região Sudoeste.

Uma das estratégias para desenvolver a pesquisa tem sido a História Oral, que “expressa a consciência da historicidade da experiência pessoal e do papel do indivíduo na história da sociedade...” (PORTELLI, 2001, 14).

Ela se justifica para produzir outro olhar, uma “outra história” para além da oficial, no estudo das memórias, na construção de identidades e do “outro”, na formação de uma consciência coletiva e não para substituir ou preencher lacunas históricas na falta documental. Para Laverdi,

Pensar a produção da memória como processo, além de permitir uma compreensão ampliada do fazer histórico dos sujeitos no tecido da paisagem social, reveste o olhar de novas perspectivas críticas em relação aos tons memorialistas alimentadas pela historiografia. Assim, é preciso dizer que a opção pelas narrativas orais (...) não se constituiu, evidentemente, numa pretensão neutra e simplificadora do processo social (LAVERDI, 2005, 70-71).

Assim, Laverdi afirma que a História Oral não é uma opção neutra, mas tem intenções claras e objetivas de mostrar um outro lado da história, a não-oficial, numa perspectiva mais crítica, construindo uma trama histórica mais comprometida com a realidade.

Através da História Oral, a testemunha relembra os processos, pode nos dar uma descrição diferenciada, viva e não apenas a memória coletiva privilegiada dentro de um mito ou uma ideologia, que serve ao poder que a transmite e a difunde. É outra visão do mesmo acontecimento histórico, mas que também podem ocorrer desvios, preconceitos e até falta da verdade.

A História Oral, através das entrevistas, faz o sujeito propagar sentimentos, idéias, valores que fazem parte da identidade de determinadas classes ou grupos. O historiador precisa saber interpretar tanto as lembranças quanto os esquecimentos, de como eles fazem parte do cotidiano das pessoas, dos traços muitas vezes determinantes que marcaram uma população de determinada região ou espaço no tempo. Pois que a memória age com liberdade, mas ela é determinada pelo presente, quando escolhe os acontecimentos no tempo e no espaço, se relacionando de maneira simples e representadas pelos significados presentes na vida social.

Quando pensamos numa cultura em uma região de migrantes, como é o caso do Sudoeste do Paraná, precisamos levar em conta que eles, ao se estabelecerem no novo lugar, perdem o contato com a sua paisagem natal. Muitas de suas raízes se perdem. O migrante se depara com uma nova realidade, se separa do resto da sociedade por muito

tempo. Muitas vezes, é nesse vazio, nessa desorganização que a memória de um grupo dominante se projeta e se impõe como predominante e coletiva.

A memória dos atores entrevistados demonstra que tinham pouco conhecimento sobre os movimentos de separação ocorridos no Sudoeste do Paraná.

É verdade que encontramos pessoas com uma memória muito presente tanto do primeiro movimento, em 1968 quanto do último, ocorrido no início da década de 1990. Principalmente, quando da votação da Lei nº. 141/91, do projeto do deputado paranaense Edi Siliprandi, eleito com a bandeira do separatismo pela região Oeste do Paraná.

Porém, é verdade também que a maioria das pessoas afirmou que não havia participação popular, que o povo ficou sabendo “apenas por ouvir dizer”, que o povo não foi consultado, que era um assunto discutido predominantemente entre os políticos.

No processo de efetivação das entrevistas, houve grande dificuldade nas lembranças de muitos entrevistados. A memória social é mais organizada, porém em relação à lembrança individual, as pessoas têm dificuldade em encontrar muita coisa relevante que tenha vivido naquele passado. A memória se faz na individualidade, mas é na socialização que ela se efetiva, se cristaliza e, portanto, encontramos muitas confusões temporais nas entrevistas individuais. Talvez porque o movimento ocorreu em dois momentos diferentes, em décadas diferentes, alguns entrevistados confundiram os dois movimentos.

Em muitas entrevistas, podemos perceber como justificativa a de que o Paraná era muito grande, que a região era muito distante da capital e isso ficou gravado na memória das pessoas. Em conversas informais com muitos entrevistados e suas famílias, isso é muito recorrente.

Entretanto, se compararmos com outros Estados brasileiros, percebemos que essa é uma região em que essa justificativa não faz sentido. Na região setentrional, os Estados tem dimensões até três vezes maiores, e nem por isso se organizou movimentos separatistas dessa dimensão.

Nas entrevistas realizadas com as pessoas que residiam e ainda residem na zona rural, fica evidente o distanciamento total do movimento separatista, mais uma vez se certificando que o movimento separatista estava mais centrado na zona urbana. Porém, a característica de pequenas propriedades da região Sudoeste e grande parte do Oeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina evidencia que foi um erro do movimento, o que pode

ter contribuído para a sua fragilidade. A zona rural tem uma força econômica muito grande ainda hoje nessas regiões.

Na escolha da metodologia da História Oral, de acordo com Laverdi, “é preciso atentar para os sentidos políticos implícitos, por sua vez contidos na riqueza dos processos de transformações dos próprios sujeitos, afirmados muitas vezes na projeção de seus papéis protagonistas na constituição de seus espaços sociais”³.

Para além dessa possibilidade, o caminho escolhido foi na tentativa de estabelecer um diálogo com outras memórias sobre as “tramas da separação”, na criação de um novo Estado no Sul, com território pertencente aos Estados do Paraná e Santa Catarina, pelo olhar daqueles que estiveram ausentes dos papéis protagonistas, mas que nem por isso, teem sua participação desvalorizada.

Na construção da dissertação, realizamos as entrevistas com moradores de algumas cidades do Sudoeste do Paraná, na faixa etária de 40 anos ou mais, de ambos os sexos, que tenham trajetórias e experiências significativas, de diferentes profissões ou atividades econômicas e políticas. Esta perspectiva leva em consideração o esforço de compreensão qualitativa e não quantitativa dos mesmos.

Referências Bibliográficas:

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste**. São Paulo, Cortez, 2006.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. **A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense**. Curitiba, UFPR, 2007. Tese de Doutorado.

BAUMAM, Zygmund. **Identidade**. São Paulo, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da História** ou o ofício do historiador. Zahar Editor, RJ, 2001.

BONAMIGO, Carlos Antonio. **A revolta dos posseiros de 1957 e as lutas camponesas no Brasil**. In: BONAMIGO, Carlos Antonio e SCHNEIDER, Cláides Rejane. Revisitando a História - A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná. Francisco Beltrão: Grafisul, 2007.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

³ LAVERDI: 2005, 158.

- BREFE, Ana Cláudia F. **Pierre Nora: da história do presente aos lugares de memória.** In: **HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES.** N. 24. Curitiba: UFPR, 1996, p.105-125.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- CHAGAS, Mário. **Cultura, patrimônio e memória.** Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centro de Documentações e Museus: São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- DARTON, Robert. **Boemia literária e revolução.** São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- DOSSE, François. **A história.** São Paulo: EDUSC, 2003.
- DUARTE, Geni Rosa, FROTSCHER, Méri e LAVERDI, Robson. **Práticas Culturais e identidades: pensar a diversidade como desafio para o pesquisador.** In: **REVISTA TEMPOS HISTÓRICOS – Dossiê: Estado e Poder.** Vol. 10. Cascavel: Edunioeste, 2007.
- ENCICLÓPEDIA EINAUDI. Vol.08. **Região.** IMPRENSA Nacional/Casa da Moeda (edição portuguesa): 1986.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 14ª Edição. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** São Paulo: Vozes.
_____. **Identidade na pós-modernidade.** São Paulo, 2008.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias políticas.** São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial – migrações no Oeste do Paraná (1940-70).** Cascavel: Edunioeste, 2002.
- HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- KHOURY, Yara Aun. **Muitas memórias, outras histórias: cultura e sujeito na história.** São Paulo: Editora Olho D'Água, 2007.
- KRUGER, Nivaldo. **História de Bravura, Trabalho e Fé.** Curitiba: Editora Posigraf 2004.
- LANGARO, Jiani. **Histórias locais, projetos culturais: construindo lembranças e esquecimentos (Santa Helena-PR -1987 a 2000).** Espaço Plural, Ano VIII, N. 17, 2007, 25-32.

- LANGER, Protásio Paulo. *Conhecimento e Encobrimento: o discurso historiográfico sobre a colonização eurobrasileira e as alteridades étnicas no sudoeste paranaense*. In: Diálogos. V. 11. Nº. 03, Maringá: UEM/DHI, 2007.
- LALA, Rafael de. **Paraná, a vitória da unidade**. Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Curitiba: 1993.
- LAVERDI, Robson. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo oeste do Paraná**. Curitiba: Tetravento, 2005.
- _____. **Narrativas da diferença e estranhamentos vividos**. In: **História, Poder e Práticas Sociais**. Cap. 06. Edunioeste: Marechal Cândido Rondon, 2006.
- LAZIER, HERMÓGENES. **Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense**. Francisco Beltrão: Grafit, 1997.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. edição. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LOPES, Sérgio. **“O Estado do Iguaçu”**: A Trajetória de um Movimento. Revista Informe Gepec. <http://www.unioeste.br/cursos/toledo/revistaeconomia/> - 2004.
- _____. **O território do Iguaçu no contexto da “marcha para o oeste”**. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- NEUNDORF, Alexandro. **A questão de limites e a construção identitária paranaense**. Curitiba: UFRP, 2006. Monografia.
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Vol. 05, n. 10 Revista Estudos Históricos: Rio de Janeiro; 1992.
- POTELLI, Alessandro. **A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memória e nas fontes orais**. Revista tempo, Rio de Janeiro, vol.1, n.2, 1996, p.59-72.
- _____. **O massacre de Civitella Val di Chiano (Toscana 29 de junho de 1944): mito e política, luta e senso comum**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e - AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral. Editora GV, 2002.
- _____. **Forma e significado na História Oral**. A pesquisa como um experimento de igualdade. Proj. História: São Paulo, 1997.
- SANTOS. M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.
- SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SILIPRANDI, Edison Duka, “**Estado do Iguçu**”: uma versão documentada. Cascavel: Academia de Informações Literárias, 2000.

STECA, Lucinéia C. & FLORES, Mariléia. **História do Paraná** – do século XVI à década de 1950. Londrina, Eduel, 2002.

WACHOWICZ, Rui Christovam. **Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1979.